

O CAPITAL: UM DRAMA PARA SER LIDO, RELIDO E... OUVIDO

Resumo

O trabalho consiste numa réplica à crítica contida no artigo “Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido” de Marcelo Dias Carcanholo e Hugo Figueira Corrêa. A crítica de Carcanholo e Corrêa tinha por objeto o artigo “Teoria da exploração e da superexploração da força de trabalho em *O capital* (Livro I) de Marx”, publicado na edição 40 da Revista da SEP.

Palavras-chave: Marx; teoria do valor, exploração; superexploração.

Classificação JEL: B14; B51; J21.

Abstract

The work consists in a reply to the critique presented in the paper “Is there a theory of super-exploitation of the labour force in Marx? A Marx unknown even to himself” of Marcelo Dias Carcanholo and Hugo Figueira Corrêa. Carcanholo and Corrêa’s critique had as an object the paper “Theory of exploitation and super-exploitation of the labour force in Marx’s *Capital*”, which was published at the Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, volume 40.

Keywords: Marx; theory of value; exploitation, super-exploitation.

CARLOS ALVES DO NASCIMENTO

Doutor em Economia Aplicada pelo IE/UNICAMP e Professor do Programa de Pós-graduação em Economia do IE/UFU (carlos.nascimento@ufu.br).

FERNANDO FROTA DILLENBURG

Doutor em Filosofia pelo IFCH/UNICAMP e Professor na UFRGS (ffrotadillenburg@gmail.com.br).

FÁBIO MAIA SOBRAL

Doutor em Filosofia pelo IFCH/UNICAMP e Professor da FEAAC/UFC (fabio.maia.sobral@gmail.com).

Agradecemos à revista da Sociedade Brasileira de Economia Política por abrir espaço a esta réplica à crítica feita por Corrêa e Carcanholo (2016) ao nosso texto “Teoria da exploração e da superexploração da força de trabalho em *O capital* (Livro I) de Marx”, publicado na edição nº 40 desta revista.

Dado o limite de espaço para esta réplica, centraremos nossa atenção na divergência que consideramos mais importante. Antes, porém, cabe fazer breve comentário sobre alguns outros pontos da crítica. É digno de nota a distorção de nossas posições realizada pelos críticos. A mais gritante é a acusação, não sem excessivo didatismo, de não termos compreendido a possibilidade da produção e apropriação privada da mais-valia mediante a troca de equivalentes, apesar de estar explícito em nosso texto! Outro equívoco de Corrêa e Carcanholo é o fato de, distorcendo nosso texto, atribuírem a nós, e não a Marx, o que está contido, literalmente, em *O capital*. É Marx, e não nós (que apenas o seguimos), quem sustenta a radical (total, inteira) diferença entre *utilização e espoliação* da força de trabalho, assim como é ele quem ressalta a diferença entre *trabalho excedente* e *trabalho excessivo*, do mesmo modo que é o autor de *O capital* quem observa a diferença entre *magnitude relativa* (taxa de mais valia, grau de exploração)

e *magnitude absoluta* da exploração – todas essas diferenças são construídas por Marx (ao longo de vários capítulos) com base em uma ideia-chave do Livro I: a questão do *desgaste* da força de trabalho (construção essa destacada em nosso texto e omitida por nossos críticos). Apenas mais uma última observação que, para nós, possui caráter secundário, mas é necessária para eliminar melindres já manifestos: a referência à teoria marxista da dependência já havia sido feita em nosso texto original, de mesmo título, publicado nos Anais do Encontro Nacional de Economia Política (2014), ao qual o texto sob crítica se remete na nota 1.

Escrevemos nosso artigo ora sob crítica, e as páginas a seguir, pressupondo leitores com espírito aberto e desejosos em fazer (a depender do caso, refazer) *por si próprios* a leitura de *O capital*, e não se contentar com a interpretação de terceiros. Pressupomos leitores que, seguindo a expectativa de Marx no prefácio à primeira edição de *O capital*, livro I, “[...] queiram aprender algo de novo e queiram, portanto, também pensar por conta própria” (Marx, 1996, p. 130).

Depois de feitas essas observações, daremos ênfase, a partir de agora, à crítica de termos, segundo Corrêa e Carcanholo (2016), transformado no centro de nossa tese “o diálogo entre um trabalhador e seu patrão” (p. 26), diálogo

que nossos críticos demonstram incômodo por não o tratarmos como “elemento lateral” (p.26) da exposição de *O capital*, nem como um “recurso meramente expositivo” (p. 26) utilizado por Marx, como assim o querem. Segundo os autores da crítica, seria um equívoco tomar como argumento teórico um diálogo que eles consideram *imaginado* por Marx (p. 26).

O referido diálogo é aquele exposto no Capítulo VIII do Livro I, quando o personagem se defende da ânsia do capitalista em prolongar a jornada de trabalho, levantando a seguinte argumentação:

A utilização de minha força de trabalho e a espoliação dela são duas coisas *totalmente* diferentes [...] eu exijo, portanto, uma jornada de trabalho de duração normal e a exijo sem apelo a teu coração, pois em assuntos de dinheiro cessa a boa vontade. Poderás ser um cidadão modelar, talvez sejas membro da sociedade protetora dos animais, podes até estar *em odor de santidade*, mas a coisa que representas diante de mim é algo em cujo peito não bate nenhum coração. (Marx, 1996, p. 348; grifos adicionados)

Corrêa e Carcanholo nos criticam por, supostamente, termos transformado no centro de nossa tese esse diálogo, a tese segundo a qual Marx trata aqui da superexploração da força de trabalho expressa no prolongamento desmesurado da jornada de trabalho, que provoca o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor ao extrair maior quantidade de trabalho não-pago

sem aumentar proporcionalmente a parte paga da jornada, ou, nas palavras do personagem, por *espoliar* a força de trabalho, o que, ainda segundo o personagem, é totalmente diferente de apenas *utilizá-la*.

Antes de tudo, cabe indagar se este seria um diálogo imaginado por Marx, como afirmam nossos críticos. Para esclarecer essa questão basta ler a nota de rodapé:

Durante a grande *strike* [greve] dos *builders* [trabalhadores de construção], em Londres, em 1860/61, pela redução da jornada de trabalho a 9 horas, publicou o comitê dos trabalhadores uma declaração que coincidia aproximadamente com a argumentação de nosso trabalhador. A declaração aludia, não sem ironia, que o mais ávido por lucro entre os “*building masters*” [empresendedores de obras] – um certo Sir M. Peto – encontrava-se em “odor de santidade”. (*ibidem*, p. 348-349)

Como fica evidente na nota, não se trata de um diálogo imaginário. Marx dá a voz aos trabalhadores organizados em classe² e em luta, uma organização operária real dos trabalhadores da construção civil de Londres.

Para nossos críticos, o fato de Marx abrir a sua obra a uma declaração de um comitê de greve, um organismo construído durante a luta contra a exploração excessiva (superexploração), para eles esse ato dramático não contém qualquer significado simbólico, muito menos teórico.

Ao desprezar a *lexis*³ – o modo de exposição elaborado pelo autor para expor o real –, Corrêa

e Carcanholo criam, para si próprios, dificuldades para perceber o caráter simbólico contido no relacionamento entre os personagens. Somente privilegiando a *lexis* é possível realizar essa tarefa. Continuemos, então, guiados pela *lexis*, como fizemos no artigo anterior, interpretando os demais capítulos, dando, contudo, agora, outro enfoque para não sermos repetitivos.⁴

No Capítulo VII, o capítulo anterior ao diálogo entre os trabalhadores e o patrão, quem toma a palavra é um indivíduo. O personagem, igualmente não imaginado por Marx, fala: “segundo vossas informações, o trabalhador produz seu salário na penúltima hora e, na última, vossa mais-valia ou o lucro líquido” (*ibidem*, p. 339). Que papel cumpre esse indivíduo no interior da *lexis*? Seria ele um operário? Não. Para esclarecer essa questão, basta ler o diálogo. Alguém que trata o operário na terceira pessoa não é um operário, mas alguém que fala em nome dele. Da mesma forma, quem fala do “vosso lucro líquido” está diante daqueles que se apropriam do lucro, os capitalistas.

Até aqui o personagem foi determinado apenas negativamente. Sabe-se que não é um operário, mas quem será ele, afinal? Observando a sua argumentação, percebe-se que o personagem usa a ironia contra o economista Nassau Senior: “E a isso chama o sr. Professor de ‘análise’” (*ibidem*). Seria uma ironia inventada por Marx? O próprio Marx responde em nota de rodapé:

“Que eles (os fabricantes) não valem mais que a chamada ‘análise’ demonstrou Leonard Horner em *A Letter to Mr. Senior* etc. Londres, 1837” (*ibidem*). Como se vê, o personagem representa Leonard Horner. Quem seria Horner? Segundo Marx, Horner foi um dos comissários investigadores das condições fabris de 1833 e inspetor de fábrica, na realidade censor de fábrica, até 1859 (*ibidem*).⁵

Que importância há no protagonismo ser assumido por alguém externo à classe operária no Capítulo VII e, no capítulo seguinte, serem os próprios operários que levantam a voz? Essa questão passa totalmente despercebida por Corrêa e Carcanholo. Afinal, para eles tudo isso não é mais do que “recursos meramente expositivos” utilizados por Marx.

Na nossa interpretação,⁶ que privilegia a temporalidade da *lexis*, ao contrário, a transformação dos personagens operada minuciosamente por Marx surge como uma potente expressão simbólica do desenvolvimento organizativo indispensável à emancipação da classe trabalhadora. Na *lexis* encontramos o resultado do tremendo esforço realizado por Marx para expressar de forma dialética (dialógica, simbólica, estética) o movimento da matéria, isto é, o movimento da luta de classes.

Nessa interpretação, a temporalidade conceitual ou *nóesis*, o que nossos críticos chamam de “desenrolar das categorias”, é desvelada na

e pela *lexis*, ou seja, as categorias são reveladas no e pelo modo de exposição.⁷ Nesse sentido, a categoria mais-valia absoluta (temporalidade da *nóesis* ou conceitual) é exposta de forma imamente pela temporalidade da *lexis*, a luta dos trabalhadores contra o prolongamento desmesurado da jornada de trabalho, uma jornada cuja extensão atrofia a capacidade de trabalho (e o tempo de vida), que significa, por isso, uma das formas de superexplorar a força de trabalho. Ou seja, em *O capital*, as categorias lógicas são postas por meio da exposição da história da luta de classes.

Essa cena dramática entre os trabalhadores e o patrão é, na interpretação que seguimos, uma indicação clara feita por Marx de que os trabalhadores levantam a sua voz, inicialmente, ainda de maneira instintiva⁸, contra a superexploração, contra a exploração excessiva, e ainda não contra a exploração capitalista. Para que os trabalhadores se organizassem, desde o início, diretamente contra a exploração, contra toda e qualquer extração de mais-valia, ou seja, contra o modo de produção capitalista, eles já teriam que ser socialistas desde os momentos embrionários da luta, algo totalmente irreal. Na nossa interpretação, e *isso é o que nos parece fundamental*, Marx está chamando a atenção de que os trabalhadores começam a lutar para conservar a sua situação, para resistir à deterioração das suas condições de trabalho, uma vez que a

maioria da classe trabalhadora, nos estágios iniciais da luta, ainda não é revolucionária. Trata-se de uma luta defensiva. Marx (e nós) não está sendo reformista por expor essa luta inicialmente conservadora da classe trabalhadora. Marx (e o acompanhamos totalmente) está expondo o movimento da matéria, o movimento dos trabalhadores (ainda inicial, de caráter momentaneamente conservador) no interior da luta de classes.

Corrêa e Carcanholo não percebem nada disso, não captam a tremenda potencialidade simbólica do movimento dos personagens que se relacionam entre si no interior do Livro I de *O capital*. Nossos críticos se perdem ao focar a sua atenção no que chamam de “desenrolar das categorias na exposição” que, nas suas palavras, Marx “nos brinda no Livro I de *O capital*” (p. 15). Do ponto de vista filosófico, essa atitude interpretativa significa privilegiar a temporalidade da *nóesis*, isto é, perder-se, conforme já comentou Benoit (2015, p. 189), na procura de uma doutrina do autor.

O método que seguimos é diferente. Nele todas as temporalidades são deduzidas da *lexis*.⁹ Então, guiados pela *lexis*, depois de voltar do Capítulo VIII ao VII, retornemos ainda mais até o Capítulo IV, onde encontraremos o trabalhador “tímido, contrafeito”, indo para o interior do local de trabalho atrás do capitalista sorridente (Marx, 1996, p. 293).

Que significado simbólico há nessa cena dramática? Há um enorme significado, ignorado por aqueles que desprezam a *lexis*. O trabalhador está, de fato, contrariado, mas, sobretudo, tímido, não se pronuncia, justamente por estar, nesse momento em que acabou de vender a sua força de trabalho, ainda isolado do restante de sua classe.

Seguindo a *lexis*, fica claro, portanto, que no percurso entre o Capítulo IV (quando o trabalhador ingressa no local de trabalho) e o VIII (momento no qual o comitê de greve se manifesta), há um importante desenvolvimento organizativo dos trabalhadores. Marx evidencia esse movimento nas últimas páginas do Capítulo VIII, ao associar de maneira claríssima esses dois importantes momentos: “É preciso reconhecer que nosso trabalhador sai do processo de produção diferente do que nele entrou” (*ibidem*, p. 414).¹⁰

Se o trabalhador se transformou no interior do processo de produção – de indivíduo tímido, tornou-se membro de uma classe que abusa da ironia com o patrão – no momento anterior, isto é, na passagem da instância das trocas mercantis para a instância da produção, ocorreu também outra importante transformação nos personagens. É o que se deduz da *lexis* montada e remontada tantas vezes por Marx até alcançar essa forma precisa: “ao sair dessa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias

[...] já se transforma, assim parece, em algo a fisionomia de nossa *dramatis personae*” (*ibidem*, p. 293).¹¹

Que transformação seria essa? Ao entrar para a esfera da produção, o trabalhador, apesar de tímido, já se mostra contrariado por perceber que está, como diz Marx, levando a sua pele ao curtume (*ibidem*) para ser esfolada pelo patrão. Ou seja, ao entrar no local de trabalho, o trabalhador percebe que será explorado e, por isso, demonstra-se insatisfeito. No entanto, conforme sustentamos no artigo anterior, a *lexis* esclarece que aqui ele ainda não nota que será superexplorado (trabalho excessivo). O trabalhador somente se dará conta de que está sendo superexplorado depois que começar a trabalhar. A própria *lexis* deixa isso evidente. Afinal, somente no Capítulo VIII o trabalhador perderá, por assim dizer, a timidez e levantará a sua voz: “de repente, porém, levanta-se a voz do trabalhador, que estava emudecida pelo estrondo do processo de produção” (*ibidem*, p. 347). A *lexis* nos indica, desse modo, que após entrar na esfera da produção é necessário um certo tempo para que o trabalhador perceba a superexploração, organize-se e levante a sua voz contra ela. Retornando ainda mais no caminho indicado pela *lexis*, revela-se outra diferença fundamental, agora entre esse trabalhador contrariado que entra no local de trabalho (Capítulo IV) e aquele produtor exposto no Capítulo II, que

vai voluntariamente ao mercado para atender as suas necessidades.¹² Nesse Capítulo II, Marx faz uma significativa antecipação dessa transformação: “veremos no curso do desenvolvimento, em geral, que os personagens econômicos encarnados pelas pessoas nada mais são que as personificações das relações econômicas, como portadores das quais elas se defrontam” (*ibidem*, p. 210). Como se vê, num desenvolvimento léxico preciso, entrelaçando os diversos momentos expositivos, no Capítulo II, Marx já adianta que no movimento dialético da obra os personagens transformar-se-ão em integrantes de classes sociais, ou “personificações de relações econômicas”, que se defrontam entre si.

Do Capítulo I para o II não poderia deixar de haver, também, uma transformação dos personagens. No primeiro Capítulo, quem se relaciona socialmente não são os produtores, mas seus produtos, as mercadorias: “A primeira mercadoria (que no exemplo é o linho) representa um papel ativo, a segunda (o casaco) um papel passivo” (*ibidem*, p. 177). Essa relação social entre as mercadorias, que aparecem aqui “desempenhando papéis distintos”, é a expressão do fetichismo da mercadoria, por meio do qual as relações entre os produtores aparecem para estes “como o que são [...], como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas” (*ibidem*, p. 199).

Como se vê, o percurso realizado até aqui, refeito agora no sentido original (do Capítulo I

ao VIII), indica a possibilidade do desenvolvimento do indivíduo, que quando está isolado, fora do local de trabalho, tende a permanecer totalmente enfeitado pelas mercadorias e pelo dinheiro (o qual, em suma, é uma mercadoria ainda mais ofuscante que as demais).¹³ No interior do desenvolvimento da *lexis*, o protagonismo da cena dramática vai, por assim dizer, mudando de mãos e, nessa mudança o personagem, vai se transformando por meio do processo organizativo da luta de classes. Não há como desvelar esse percurso sem priorizar a *lexis* como a temporalidade metodologicamente fundante das demais, aqui, especialmente, fundante da temporalidade da *nóesis*.

Continuemos deixando-nos levar pela *lexis*, ultrapassando, a partir de agora, o Capítulo VIII do qual começamos.

No Capítulo XIII, Marx vai mostrar que, com o advento da grande indústria e a consequente utilização da maquinaria em larga escala, ocorreu outra importante transformação nos personagens. Conforme comentamos no artigo que motivou a crítica, a maquinaria possibilitou que pessoas com menos força física, mas contendo outras habilidades peculiares, se tornassem úteis ao processo de trabalho fabril. Assim, o capital passou a explorar não apenas o trabalhador masculino adulto, mas toda a família proletária. Marx demonstra que, no drama da luta de classes, os capitalistas reagem

à limitação legal ao prolongamento da jornada de trabalho conquistada na luta exposta no Capítulo VIII, passando a utilizar as máquinas para aumentar o grau de exploração,¹⁴ agora de outra forma. Com isso, o trabalhador coletivo (classe) do Capítulo VIII, formado majoritariamente por trabalhadores masculinos adultos, transformou-se no Capítulo XIII, ampliando-se. Na impossibilidade de estender legalmente a jornada de trabalho, o capital estende a massa humana a ser explorada, o que representa o aumento do número de jornadas de trabalho.

A maquinaria é utilizada pelo capitalista como um instrumento de luta contra a classe trabalhadora, uma vez que, com ela, o valor da força de trabalho é reduzido, pois agora o valor da força de trabalho masculina adulta não precisa mais ser suficiente para manter toda a família, como ocorria na fase da manufatura, mas suficiente apenas para manter a si próprio, uma vez que a mulher e os filhos produzem, eles mesmos, o valor de suas forças de trabalho. Do drama da família proletária, captado na e pela *lexis*, surge o conceito de mais-valia relativa, contido na temporalidade da *nóesis*, o aumento da mais-valia via redução do valor da força de trabalho.

Prosseguindo nosso percurso pelo modo de exposição d'*O capital*, a passagem para a última seção do Livro I, a Seção VII,¹⁵ esclarece de maneira mais determinada o caráter simbólico

daqueles comitês de greve expostos no Capítulo VIII. Para realizar as profundas e decisivas revelações nessa derradeira seção, o protagonista de nosso drama, que continua sendo o trabalhador coletivo, precisa, mais uma vez, se transformar. A multiplicidade de organizações internas serve como base material para a criação de organismos superiores, que as unificam no exterior dos locais de trabalho.

Como é possível deduzir mais essa transformação do personagem coletivo? Novamente, ouvindo a *lexis*. Na Seção VII, Marx vai tratar do processo de reprodução do capital, o qual, em escala ampliada, representa acumulação do capital. A acumulação do capital exige, além da produção da mercadoria, a sua venda e a posterior reaplicação do valor (incluindo parcela da mais-valia) no processo produtivo.

Rememorando o percurso do Livro I, percebe-se que nele está exposta a fórmula geral do capital, $D - M (FT + MP) \dots P \dots M' - D'$.¹⁶ Enquanto na Seção I apareceu o personagem enfeitado pelas mercadorias e pelo dinheiro, na Seção II realizou-se a compra da força de trabalho e dos meios de produção pelo capitalista. A Seção I representa o primeiro momento do processo, a instância da circulação, e a seção II corresponde à transição entre a circulação e a produção $[D - M (FT + MP)]$. Entre as Seções III e VI foi produzida (P) a nova mercadoria e, finalmente, na Seção VII operou-se a segunda circulação,

a venda da mercadoria contendo mais-valia ($M' - D'$), completando-se, desse modo, uma inteira rotação do capital. Evidencia-se, assim, o movimento de saída da instância da produção no momento de transição entre a Seção VI e a Seção VII ($P \dots M' - D'$), um retorno, em nível superior, à instância da circulação. A transformação da mercadoria em dinheiro é a única maneira de garantir a continuidade do processo e a conseqüente acumulação do capital.

Se por meio da *lexis* chega-se à conclusão de que o protagonista na instância da produção é o trabalhador coletivo, a classe trabalhadora, representada naquele momento determinado pelo comitê interno, não estaria Marx, ao realizar a saída da esfera produtiva, apontando a necessidade de superar essa forma de organização? De fato, somente superando o isolamento dos organismos internos, isto é, somente conhecendo toda a cadeia produtiva na qual estão inseridos, os trabalhadores poderão realizar, na prática, as brilhantes revelações teóricas feitas por Marx nessa Seção VII. A primeira delas é a falsidade da propriedade privada capitalista, que, no decorrer de algumas rotações, se manifesta como o que realmente é, como trabalho alheio não pago apropriado privadamente, conforme demonstrado nos Capítulos XXI e XXII. Nesse mesmo sentido, o proletariado somente será capaz de perceber a falsidade da relação entre força de trabalho e capital se tiver a oportunidade de observar a reprodução contínua deste.

Depois de transcorridas algumas rotações, a troca de equivalentes na compra da força de trabalho ocorre apenas na aparência, uma vez que o capitalista paga o salário com a mais-valia produzida na rotação anterior, conforme exposto no capítulo XXII.¹⁷

Faltam ainda algumas determinações para a completa emancipação dos trabalhadores nessa longa, cuidadosa e paciente *lexis* do Livro I d'*O capital*. No Capítulo XXIII, o trabalhador coletivo expande-se mais uma vez, numa nova transformação. Nesse momento que se aproxima do final do Livro I, os trabalhadores empregados ampliam sua organização, aliando-se aos trabalhadores desempregados, cuja união representa a única maneira de diminuir a superexploração, isto é, o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor provocado pela pressão exercida pelo exército industrial de reserva.¹⁸

Finalmente, no Capítulo XXIV, ocorre a última e decisiva transformação dos personagens no Livro I. Finalmente, quando os trabalhadores retiram do esquecimento¹⁹ a violenta história da origem da propriedade privada capitalista e de sua própria classe, história através da qual seus ancestrais foram brutalmente separados dos meios de produção, nesse momento os trabalhadores estão preparados para assumir o protagonismo da revolução em ato. O trabalhador coletivo se tornou, finalmente, após percorrido longo caminho organizativo e de luta,

um sujeito revolucionário. Quando isso ocorre, quando o proletariado retira do esquecimento a violência originária, pressuposto originário que põe todas as contradições da luta de classes expostas no Livro I e, conseqüentemente, todas as categorias lógicas dela decorrentes, quando isso ocorre, o proletariado está, finalmente, pronto para fazer “soar a hora final da propriedade privada capitalista” e expropriar os expropriadores (*ibidem*, p. 381, vol. II).

É exposto aqui, no Capítulo XXIV, a revolução socialista como expropriação dos expropriadores, como um retorno, sob nova forma, da expropriação originária, posta agora contra aqueles que a impuseram historicamente e, por meio dela, um retorno à propriedade comum dos meios de produção. A revolução socialista é exposta por Marx no final do Capítulo XXIV do Livro I d’*O capital* como o resultado do processo de uma longa e árdua luta de classes, no qual o proletariado constrói suas organizações, constituindo-se, assim, como classe, e desenvolvendo, no decorrer desse processo, sua consciência de classe. Nesse sentido, o percurso desenvolvido no Livro I, impulsionado, em grande medida, pela luta contra a exploração excessiva que atrofia o trabalhador (superexploração), é um longo caminho de superação do fetichismo por parte do proletariado, superação, no entanto, parcial e provisória²⁰. Mas é importante perceber que a revolução socialista é exposta não como uma utopia, mas como a continuidade de um

processo já em curso, um processo no qual os capitalistas já estão eliminando uns aos outros, por meio da centralização do capital (*ibidem*, vol. II). É necessário que outro sujeito assuma o protagonismo desse processo em andamento. Esse sujeito é, para Marx, o proletariado.²¹

Cabe agora, depois de percorrido esse longo caminho, retornar à pergunta inicial: que papel teria no interior da léxis d’*O capital* aquele diálogo dos trabalhadores exposto no Capítulo VIII? Seria um “recurso meramente expositivo” de Marx, ou um “elemento lateral”, um aspecto secundário da obra, ou ainda mais um dos tantos “episódios históricos” (p. 20) perdidos no esquecimento de um passado remoto, como consideram Corrêa e Carcanholo?

Pensamos que não. A voz do comitê de greve dos trabalhadores da construção civil de Londres de 1860/61 é introduzida por Marx na *lexis* como um grande símbolo, um símbolo a ser seguido pelo proletariado mundial ainda hoje e enquanto persistir o modo de produção capitalista. As organizações internas aos locais de trabalho são um símbolo que, se vier a se generalizar, pode dar início a um processo de construção das condições da revolução. Nesse sentido, o momento exposto no Capítulo VIII (a luta contra a jornada excessiva que atrofia o trabalhador) é indissociável daquele do Capítulo XXIV (a expropriação dos expropriadores), assim como todos os capítulos, conforme vimos,

estão cuidadosamente entrelaçados entre si. Em outras palavras, a luta econômica do proletariado, aparentemente conservadora e reformista, representa, de acordo com a cuidadosa *lexis* deixada por Marx, um momento não desprezível da luta do proletariado pela conquista do poder, a retomada da propriedade dos meios de produção.

Para finalizar, cabe perguntar ainda, continuando o diálogo com nossos críticos: teria Marx escrito *O capital* apenas para que o leitor *entendesse melhor o capitalismo*, como afirmam nossos críticos?²² Seguindo a sua *lexis* e mantendo o espírito da 11ª Tese sobre Feuerbach,²³ *O capital* não representaria, para seu próprio autor, muito mais um caminho da construção das condições materiais da negação do capitalismo, um caminho a ser trilhado pelo proletariado até a definitiva expropriação dos expropriadores?

Para interpretar *O capital* como uma teoria programática revolucionária (Benoit, 1996, p. 43), é preciso, como diz ainda Benoit (2015: 21), aprender a escutar, saber ouvir os personagens que se enfrentam na grandiosa odisseia da luta de classes contida nesse brilhante drama chamado *O capital*, para enfim, sobretudo, ouvir silenciosamente Marx que, em sua precisa “ação de dizer”, permanece, de certa forma, humildemente oculto por trás da ação da classe trabalhadora.²⁴

Bibliografia

BENOIT, H. *Platão e as temporalidades: a questão metodológica*. São Paulo: Annablume, 2015.

BENOIT, H. “Pensando com (ou contra) Marx? Sobre o método dialético de O capital”, *Crítica marxista*, n. 8, São Paulo: Xamã, junho/1999.

BENOIT, H. “Sobre a crítica (dialética) de o capital”, *Crítica Marxista*, n. 3, São Paulo: Xamã, 1996.

CORRÊA, H. F. & CARCANHOLO, M. D. “Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 44, p. 10-30, jun. 2016.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. “Teses sobre Feuerbach”. In: MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Notas

1. Essa ideia, também não compreendida por nossos críticos, é chave ainda para entender a importância da *diferença* entre a mercadoria força de trabalho e as demais mercadorias. Enquanto nossos críticos buscam (em sua didática sobre a lei do valor) semelhanças entre esses dois tipos de mercadorias, deixam de perceber a ênfase que Marx atribui àquela diferença e à sua importância.

2. Conforme já observamos no texto sob crítica, na página 116, e nota 16.

3. Talvez porque Corrêa e Carcanholo (2016) considerem mais importante a sua “didática excessiva” ao que chamam de “exegese exaustiva”, a qual, aliás, consideramos indispensável caso o objetivo seja captar a *lexis* deixada por Marx.

4. Decidimos retornar do Capítulo VIII ao I, para depois retomar o desenvolvimento do VIII em diante, a fim de partir do momento da polêmica com nossos críticos, o diálogo do Capítulo VIII. Isso não significa, em hipótese alguma, que defendamos esse tortuoso caminho.

5. Na mesma nota, Marx faz um sincero elogio ao inspetor: “Horner adquiriu méritos imorredouros a serviço da classe trabalhadora inglesa. Lutou uma vida inteira não só contra os exasperados fabricantes, mas também contra os ministros, para os quais era incomparavelmente mais importante contar os ‘votos’ dos fabricantes na Câmara dos Comuns do que as horas de trabalho das ‘mãos’ na fábrica”. (Marx, 1996, p. 339; grifos adicionados)

6. Seguimos o método desenvolvido por Benoit, que observa: “Pensamos, assim, que o modo de exposição de uma obra, a lexis, forma certa ordem precisa entre as palavras que vai muito além de uma mera cena dramática no sentido literário, trata-se de certa forma estética rigorosa, uma certa disposição formal que não pode ser omitida, ou deixada impensada, sob pena de estarmos, nesse mesmo ato, escrevendo uma outra obra e fundando uma outra temporalidade conceitual, isto é, uma temporalidade lógica diferente daquela construída e posta objetivamente pelo autor na e pela *lexis*.” (Benoit, 2015, p. 181-182)

7. Benoit reafirma os fundamentos de seu método expostos na nota anterior: “Ao deixar como não pensada a temporalidade da lexis, ao pensá-la como meramente literária, ao elidir a sua materialidade, acreditamos que se alteraria a própria temporalidade conceitual da obra de Platão e de qualquer obra filosófica ou teórica” (Benoit, 2015, p. 175). Ainda sobre a importância de se prestar atenção no modo de exposição e na literalidade de qualquer obra teórica, ver também Benoit (1999).

8. No final do capítulo VIII, Marx sugere o caráter instintivo ou não totalmente consciente da luta da classe trabalhadora nos seus momentos iniciais: “assim o movimento de trabalhadores surgido instintivamente das próprias condições de produção, em ambos os lados do Atlântico [...]”. (Marx, 1996, p. 414)

9. Sobre as temporalidades “gênesis (a história conceitual de um saber, a história propriamente dita que envolve qualquer texto, e a história individual do autor) e *poiesis* (a ação de produzir uma obra, como o autor montou e desmontou diversas vezes o texto)”, vide Benoit (2015).

10. A transformação que o trabalho provoca no trabalhador já havia sido indicada por Marx no Capítulo V: “ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (Marx, 1996, p. 297). Sem considerar o movimento léxico, essa afirmação ganha um caráter meramente antropológico, como se Marx estivesse se referindo a uma natureza humana, o que lhe seria totalmente estranho, desde as *Teses sobre Feuerbach*. No interior da *lexis*, o Capítulo VIII ilumina o Capítulo V: ao trabalhar (atuar sobre a natureza) e lutar ao lado de seus colegas de classe, a natureza do trabalhador se modifica; inicialmente é individual, para depois ganhar um caráter de classe. Esse é um dos resultados da atenção dada ao desenvolvimento léxico: ao superar as formas mais simples, as formas mais complexas lhes aprofundam o significado.

11. Personagens do drama. Cabe ressaltar que é o próprio Marx quem se refere aos personagens de seu drama.

12. Assim afirma Marx no Capítulo II: “para que essas coisas se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um, *somente de acordo com a vontade do outro, portanto cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos*, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria” (Marx, 1996, p. 209; grifos adicionados).

13. “O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante” (Marx, 1996, p. 217).

14. Lembrando da advertência feita pelo próprio Marx, de que o grau de exploração pode não revelar plenamente a magnitude absoluta da exploração, podendo, inclusive, mistificar a *exploração excessiva*.

15. Por limitação de espaço não pudemos expor aqui as Seções V e VI.

16. Onde D é dinheiro, M é mercadoria, FT é força de trabalho, MP são os meios de produção, P é o processo de produção, M' a mercadoria contendo mais-valia e, finalmente, D' é o dinheiro contendo mais-valia.

17. No Capítulo V, Marx afirma: “trocou-se equivalente por equivalente. O capitalista pagou, como comprador, toda mercadoria por seu valor, algodão, massa de fusos, força de trabalho” (Marx, 1996, p. 312). Corrêa e Carcanholo não percebem que, no Capítulo XXII, Marx refere-se, sempre de forma precisa, a essa afirmação do Capítulo V, negando-a, ao considerá-la mera aparência mistificadora: “o intercâmbio de equivalentes, que apareceu como a operação original, se torceu de tal modo que se troca apenas na aparência, pois, primeiro, a parte do capital que se troca por força de trabalho nada mais é que uma parte do produto de trabalho alheio, apropriado sem equivalente, e segundo, ela não somente é repostada por seu produtor, o trabalhador, como este tem de repô-la com novo excedente. A relação de intercâmbio entre capitalista e trabalhador torna-se, portanto, apenas mera aparência pertencente ao processo de circulação, mera forma, que é alheia ao próprio conteúdo e apenas o mistifica” (Marx, 1996, p. 217, vol. II). A causa do equívoco de Corrêa e Carcanholo é simples: desatenção à lexis que, nesse caso, relaciona o Capítulo XXII ao V, negando no primeiro a afirmação feita no segundo.

18. “[...] mediante *Trade's Unions* etc., (os trabalhadores) procuram organizar uma atuação conjunta planejada dos empregados com os desempregados para eliminar ou enfraquecer as ruinosas consequências daquela lei natural da produção capitalista sobre sua classe [...] a ‘sagrada’ lei da demanda e oferta” (Marx, 1996, p. 270, vol. II).

19. Vale lembrar que em grego antigo a noção de verdade é expressa na palavra *Alétheia*, que significa (*a* = negação + *lethe* = esquecimento), ou não-esquecimento.

20. Para Marx, todas as formas de fetichismo, sejam materiais (como as relações mercantis) ou espirituais (religião), somente poderão ser superadas depois de superado o modo de produção capitalista: “o reflexo religioso do mundo real somente pode desaparecer quando as circunstâncias cotidianas, da vida prática, representarem para os homens relações transparentes e racionais entre si e com a natureza. A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado” (Marx, 1996, p. 205).

21. “De todas as classes que hoje se defrontam com a burguesia, apenas o proletariado é uma classe realmente revolucionária” (Marx, 1996, p. 381, vol. II)

22. Assim sustentam diversas vezes Corrêa e Carcanholo: “[...] ainda existem outros elementos para o contínuo debate a respeito da obra de Marx *para entender o capitalismo*” (p. 11); ou então: “a prioridade para Marx sempre foi do *objeto a ser entendido, o capitalismo* e, portanto, dever-se-ia respeitar suas características quando da tentativa de *procurar entendê-lo*, sob pena de deturpar, de saída, o objeto que se procura *entender*” (p. 14; grifos adicionados).

23. “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é *transformá-lo*”. (Marx, 1989; grifos adicionados).

24. Vale a pena observar a diferença do posicionamento humilde de Marx frente à classe trabalhadora e a atitude dos nossos críticos, que consideram um equívoco pretender formular qualquer tese a partir da argumentação dos trabalhadores.